

A EQUIDADE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM DIÁLOGO BIBLIOGRÁFICO

EDUCATION EQUITY IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION:
A BIBLIOGRAPHIC DIALOGUE

EQUIDAD EDUCATIVA EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA:
UN DIÁLOGO BIBLIOGRÁFICO

José Henrique Teixeira de Carvalho Sbrocco¹, Marília Macorin de Azevedo², Rodolfo Gabriel Deganut³

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4024

Recibido: 11/12/2025 | Aceptado: 15/12/2025 | Publicación en línea: 29/12/2025.

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da equidade educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, por meio de um levantamento bibliográfico abrangente. Partindo do reconhecimento da EPT como vetor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, a pesquisa realizada explorou, por meio de análises bibliográficas, as múltiplas dimensões da equidade, os desafios impostos pela evasão escolar e as críticas aos modelos meritocráticos de acesso. Estudou-se o papel central das práticas de gestão e das políticas públicas, analisando-as sob as lentes da justiça redistributiva e do reconhecimento social. A metodologia empregada baseia-se na análise crítica e comparativa de obras de autores seminais na área, como Frigotto, Rosemberg, Ambrosini e Escott, Sacilotto, Costa e Ribeiro *et al.*, buscando identificar convergências, divergências e complementariedades conceituais aplicáveis a grandes sistemas de EPT. Como resultados, constatou-se que a promoção efetiva da equidade na EPT exige a superação de abordagens universalistas, demandando estratégias de gestão intencionais e territorializadas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e o reconhecimento das diversas realidades estudantis. Concluiu-se, portanto, que a EPT tem o potencial de ser um motor de justiça social, desde que suas políticas e práticas se pautem por princípios de equidade que abranjam a distribuição de recursos e o reconhecimento das especificidades dos estudantes.

Palavras-chave: Equidade Educacional. Evasão Escolar. Gestão Educacional. Políticas Públicas. Justiça Social.

¹ Mestrando pelo Programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: jose.sbrocco@fatec.sp.gov.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5646-6859>

² Doutora em Engenharia, Universidade de São paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: marilia.azevedo@cpspos.sp.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0225-8155>

³ Mestrando pelo Programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: rodolfo.deganut@cpspos.sp.gov.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1190-1544>

ABSTRACT

This article proposes an in-depth analysis of educational equity within the context of Brazilian Professional and Technological Education (PTE), through a comprehensive bibliographic review. Starting from the recognition of PTE as a strategic driver for socioeconomic development, the research conducted explored, through bibliographic analysis, the multiple dimensions of equity, the challenges posed by school dropout, and criticisms of meritocratic access models. The central role of management practices and public policies was studied, analyzing them through the lenses of redistributive justice and social recognition. The methodology employed is based on a critical and comparative analysis of works by seminal authors in the field, such as Frigotto, Rosemberg, Ambrosini and Escott, Sacilotto, Costa and Ribeiro, et al., seeking to identify conceptual convergences, divergences, and complementarities applicable to large PTE systems. As a result, it was found that the effective promotion of equity in PTE requires overcoming universalist approaches, demanding intentional and localized management strategies that ensure not only access, but also qualified retention and the recognition of diverse student realities. It was therefore concluded that PTE, in institutions such as the Paula Souza Center, has the potential to be a driver of social justice, provided that its policies and practices are guided by principles of equity that encompass resource distribution and recognition of student specificities.

Keywords: Educational Equity. School Dropout. Educational Management. Public Policies. Social Justice.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis de la equidad educativa en el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) brasileña, mediante un exhaustivo levantamiento bibliográfico. Partiendo del reconocimiento de la EPT como un vector estratégico para el desarrollo socioeconómico, la investigación exploró, a través de análisis bibliográficos, las múltiples dimensiones de la equidad, los desafíos impuestos por el abandono escolar y las críticas a los modelos meritocráticos de acceso. Se estudió el papel central de las prácticas de gestión y de las políticas públicas, analizándolas bajo la lente de la justicia redistributiva y el reconocimiento social. La metodología empleada se basa en el análisis crítico y comparativo de obras de autores seminales en el área, como Frigotto, Rosemberg, Ambrosini y Escott, Sacilotto, Costa y Ribeiro et al., buscando identificar convergencias, divergencias y complementariedades conceptuales aplicables a grandes sistemas de EPT. Como resultados, se constató que la promoción efectiva de la equidad en la EPT exige la superación de enfoques universalistas, demandando estrategias de gestión intencionales y territorializadas que garanticen no solo el acceso, sino también la permanencia cualificada y el reconocimiento de las diversas realidades estudiantiles. Se concluyó, por lo tanto, que la EPT tiene el potencial de ser un motor de justicia social, siempre que sus políticas y prácticas se guíen por principios de equidad que abarquen la distribución de recursos y el reconocimiento de las especificidades de los estudiantes.

Palabras clave: Equidad Educativa. Deserción Escolar. Gestión Educativa. Políticas Públicas. Justicia Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido amplamente reconhecida como um pilar importante para o desenvolvimento socioeconômico e a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Essa visão é solidamente corroborada por Frigotto *et al.* (2005), que destacam a expansão e consolidação da EPT como uma área estratégica nas agendas de políticas públicas brasileiras, enfatizando sua importância para a inovação e a empregabilidade. Para que a EPT cumpra plenamente seu potencial transformador e promova uma verdadeira ascensão social, é imperativo que ela opere sob o prisma da equidade educacional.

A equidade educacional é aqui entendida como o princípio que busca garantir a todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou individuais, oportunidades justas de acesso, permanência e sucesso (com qualidade) durante sua trajetória estudantil. Esta equidade, alinhada com a perspectiva de uma formação integral e emancipadora que permeia a EPT, como destacam Henning e Brittes (2025), transcende a mera oferta de vagas ou a igualdade formal. Ela busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas origens ou condições, tenham oportunidades reais de acesso, permanência, aprendizado significativo e sucesso em suas trajetórias, visando a democratização do conhecimento e a superação das desigualdades estruturais. Contudo, a persistência de desafios como a evasão escolar, as disparidades no desempenho de diferentes grupos de estudantes e a inadequação de políticas universalistas, frequentemente observadas em grandes sistemas de educação tecnológica, sinalizam que a promoção da equidade na EPT é complexa e multifacetada, que demanda uma análise crítica e aprofundada dos arcabouços teóricos que a sustentam.

Diante deste cenário, este artigo se propõe mergulhar na produção bibliográfica que aborda a equidade educacional no contexto da EPT. Ao estabelecer um diálogo entre os autores seminais da área, busca-se construir uma compreensão integrada dos desafios e das estratégias para a promoção de uma educação mais justa. A motivação por este estudo se deve à crença dos autores de que a promoção efetiva da equidade educacional em grandes sistemas de EPT, depende intrinsecamente da adoção e implementação de práticas de gestão e políticas públicas que transcendam a mera oferta formal de acesso, engajando-se efetivamente nos princípios da justiça redistributiva e no reconhecimento das diversas realidades socioeconômicas, culturais e individuais dos estudantes, através de estratégias adaptadas e territorializadas.

O objetivo geral deste artigo é analisar e sintetizar o panorama conceitual da equidade educacional na EPT brasileira, a partir de um levantamento bibliográfico crítico e comparativo, identificando os principais desafios e os caminhos teóricos para sua promoção. Pretende-se fornecer uma base conceitual robusta que permita futuros estudos empíricos e a formulação de recomendações para políticas e práticas de gestão mais eficazes e equitativas em sistemas de EPT. Como objetivos específicos, citamos:

1. Examinar criticamente as noções de acesso e permanência na EPT, evidenciando as iniquidades presentes nos modelos tradicionais e as propostas de democratização.
2. Discutir o papel fundamental das práticas de gestão e das políticas públicas na construção de um ambiente educacional equitativo na EPT, explorando suas contribuições e limitações no âmbito de instituições de ensino tecnológico.
3. Aprofundar a compreensão da equidade educacional a partir dos arcabouços teóricos da justiça social, identificando como esses conceitos podem elucidar e propor soluções para as disparidades em sistemas de EPT.
4. Investigar como modelos pedagógico-gerenciais integrados e a necessidade de territorialização das políticas contribuem para a efetivação da equidade na EPT.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Complexidade da Equidade Educacional na EPT

Observou-se que a busca pela equidade na EPT é um campo fértil para a pesquisa acadêmica, demandando uma compreensão multifacetada dos fenômenos que a impactam. Buscou-se, a partir deste referencial teórico, estabelecer o alicerce teórico do presente artigo, dialogando com autores que abordam desde a problemática da evasão escolar até os modelos de gestão e os arcabouços de justiça social. Um dos maiores desafios à efetividade da EPT e, simultaneamente, um indicador contundente das iniquidades educacionais é, sem dúvida, a evasão escolar. A compreensão deste fenômeno é fundamental para formular políticas e práticas verdadeiramente equitativas. Nesse sentido, tanto Oliveira et al. (2021) quanto Filho (2012) concordam ao categorizar a evasão escolar como um fenômeno multifatorial, decorrente de uma complexa intersecção de condições socioeconômicas, institucionais, pedagógicas e individuais.

Em seu estudo aprofundado sobre a evasão na educação tecnológica, Filho (2012) detalha fatores como a má formação na educação básica, as dificuldades econômicas e o embate entre percepções subjetivas (expectativas do aluno) e objetivas (realidade do sistema) atuam em conjunto. Esse estudo é fundamentais para desmistificar a ideia de que a evasão é um problema unidimensional, oferecendo um panorama abrangente das diversas causas, como por exemplo, o suporte pedagógico insuficiente, dificuldades de adaptação ou desafios de comunicação que, em última instância, refletem a falta de equidade do sistema. Em diversos sistemas de EPT, a alta taxa de evasão observada em determinados cursos ou turnos (como o noturno, que atende muitos estudantes trabalhadores) pode ser compreendida por meio desses fatores multifatoriais. Complementarmente, Arroyo (2010) aprofunda a compreensão desse fenômeno ao interpretá-lo não apenas como o abandono de um curso, mas como a interrupção de trajetórias educacionais. A contribuição de Arroyo eleva o entendimento da evasão para além da métrica quantitativa, focando em seu impacto qualitativo: o impedimento do desenvolvimento do potencial do estudante e a perda social de uma formação qualificada. Essa visão reforça a urgência de abordar a evasão sob a ótica da equidade, mostrando que a “permanência” é um componente indissociável da “oportunidade real” que Hennig e Brittes (2005) implicitamente defendem ao advogar por uma Educação Profissional e Tecnológica pautada na formação humana integral, na politécnica e na emancipação social.

Para que a EPT cumpra seu papel de instrumento de transformação social, grandes sistemas de EPT, como os observados no Centro Paula Souza, que compreende no Estado de São Paulo as Escolas Técnicas (ETECs) e as Faculdades de Tecnologia (FATECs), devem se preocupar em evitar a interrupção precoce de milhares de trajetórias anualmente, garantindo a todos o acesso ao conhecimento e à cultura em sua totalidade. A forma como o acesso à EPT é concebido e praticado também se revela um ponto central para a discussão da equidade. Aqui, o estudo de Ambrosini e Escott (2019) oferece uma perspectiva crítica fundamental, problematizando a histórica seletividade e o critério da meritocracia nos processos de ingresso na EPT. Os autores argumentam que, em contextos de profundas desigualdades sociais, a competição acadêmica pura não democratiza, mas tende a reforçar a exclusão. Para eles, a democratização efetiva do acesso não se limita à ampliação de vagas, mas se concretiza na ocupação dessas vagas, na garantia de permanência e na oferta de ensino de qualidade. Enquanto Frigotto et al. (2005) descrevem a EPT como “estratégica” e “em expansão”, Ambrosini e Escott

(2019) fornecem a lente crítica para questionar quem realmente se beneficia dessa expansão e em que condições.

Eles complementaram a visão sobre equidade ao alinhar-se com a análise de Herig e Brittes (2025), ao detalhar como a mera igualdade de acesso não se traduz em equidade se não houver garantia de permanência e qualidade. Dessa forma, introduz-se o conceito de “inclusão excludente”, onde o estudante ingressa, mas as condições estruturais e a falta de suporte o impulsionam à evasão, ecoando as “desigualdades estruturais e tensões” que Henning e Brittes (2025) identificam na EPT, entre uma lógica de mercado e uma perspectiva emancipatória. A “dualidade estrutural” da EPT no Brasil, marcada pela separação entre educação propedêutica e profissional, é apontada como uma fonte histórica de iniquidades que pode se manifestar, por exemplo, nos diferentes resultados de permanência entre modalidades de ensino em instituições de ensino tecnológico. A crítica à meritocracia de Ambrosini e Escott (2019), assim, cria um elo direto com a necessidade de políticas de suporte, como as propostas por Costa (2010) e modelos pedagógicos mais integrados, como os abordados por Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005).

As práticas de gestão e as políticas públicas em nível institucional são, portanto, instrumentais para a promoção da equidade, não apenas como agentes administrativos, mas como moldadoras do ambiente educacional. Sacilotto (2016), por exemplo, realiza uma análise crítica da conformação e implementação das políticas públicas de educação, especificamente no Estado de São Paulo, oferecendo um arcabouço teórico para investigar como as diretrizes educacionais se materializam, ou falham em se materializar, nas práticas cotidianas, funcionando como “práticas de gestão em nível macro”. Essa análise crítica é fundamental para compreender como as políticas públicas de educação se refletem nas ações das escolas técnicas e faculdades de tecnologia. Sacilotto estabelece a ligação importante entre as políticas formuladas em instâncias superiores e o impacto no “chão da escola”. Essa perspectiva é complementada pela discussão de Araujo e Frigotto (2015), que, ao analisar as práticas pedagógicas e o ensino integrado, demonstram que as ações e decisões que moldam o ambiente de ensino-aprendizagem, influenciam currículos, suporte estudantil e alocação de recursos, não se limitam à dimensão administrativa da gestão educacional. Eles argumentam que o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras requer, principalmente, soluções ético-políticas, com a definição clara de finalidades educacionais emancipadoras e o compromisso com a transformação social, o que transcende a mera didática e conforma um projeto político-pedagógico engajado. Esse

entendimento mais amplo da gestão é fundamental para apreciar a contribuição de Abrucio (2005).

Em seu estudo, Abrucio (2005) demonstra a interdependência entre a efetividade das práticas de gestão escolar e a qualidade dos resultados educacionais, destacando elementos críticos como liderança escolar, participação da comunidade, coordenação pedagógica e uso racional de recursos. Seu trabalho oferece uma visão mais prática de como a gestão pode ser exercida de forma eficaz, mostrando que a qualidade da gestão é um mecanismo para mitigar os “fatores multifatoriais” da evasão descritos por Oliveira et al. (2021). Em escolas técnicas e cursos de graduação tecnológica, a presença de uma liderança forte e um corpo docente engajado pode fazer a diferença na retenção de alunos, superando desafios estruturais. Ele sugere que modelos de gestão que priorizam o acolhimento e o acompanhamento individualizado são importantes para promover o sucesso dos alunos e reduzir a evasão, alinhando-se à visão de uma EPT que busca a emancipação social e a formação humana integral, conforme discutido por Hennig e Brittes (2025), garantindo oportunidades reais para todos.

Para aprofundar a compreensão da equidade, é essencial recorrer a frameworks de justiça social e analisar as práticas de suporte estudantil. O artigo de Ribeiro, Bonamino e Carvalho (2019) é central nesse debate, pois apresenta um arcabouço teórico para a equidade educacional a partir de duas perspectivas de justiça social: a justiça redistributiva e a justiça como reconhecimento. A primeira, inspirada em Marx e Rawls, foca na distribuição equitativa de recursos e bens, incluindo o conhecimento e as condições para acessá-lo. Já a segunda, pautada em Fraser, enfatiza o enfrentamento da subordinação e da exclusão de grupos baseada em aspectos culturais e de identidade. Este artigo realiza uma meta-análise conceitual que articula as diferentes manifestações de iniquidade, permitindo que as causas multifatoriais da evasão, identificadas por Oliveira et al. (2021) e Filho (2012), sejam categorizadas e endereçadas sob essas duas lentes. Já o estudo de Filho (2012), ao examinar a evasão na educação tecnológica, revela como a combinação de deficiência na formação prévia, pressões econômicas e desilusão com as expectativas profissionais criam um cenário complexo que exige intervenções pautadas tanto na distribuição equitativa de recursos quanto no reconhecimento das realidades dos estudantes.

A falta de recursos de apoio pedagógico ou infraestrutura adequada em certas unidades de EPT pode ser vista como uma falha na justiça redistributiva. As Políticas de Assistência Estudantil (PAE), exploradas na tese de Costa (2010), são um exemplo concreto e prático de

como a gestão pode implementar a “justiça redistributiva”. Costa, baseando-se na concepção de “justiça como equidade”, de John Rawls, demonstra como as PAE evoluíram no Brasil para oferecer um conjunto diversificado de suportes que vão além do assistencialismo, tais como moradia, alimentação, apoio psicológico e pedagógico, visando minimizar diferenças e assegurar condições justas para a conclusão dos cursos, especialmente para estudantes de baixa renda. A implementação de PAE eficazes em unidades de ensino tecnológico seria um instrumento poderoso para combater diretamente os fatores socioeconômicos da evasão e mitigar a “inclusão excludente” discutida por Ambrosini e Escott (2019).

Finalmente, a discussão sobre equidade na EPT também se beneficia da análise de modelos pedagógicos e da necessidade de adaptar as políticas às necessidades locais. Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005) defendem o ensino médio integrado como um modelo que oferece continuidade formativa e acompanhamento mais próximo, minimizando a fragmentação e os fatores de vulnerabilidade. Esse modelo pedagógico-gerencial específico alinha-se com os preceitos de equidade, sugerindo que a integração curricular e o suporte contínuo são “poderosas práticas de gestão” para a permanência e o sucesso estudantil. A modalidade de verticalização do ensino, denominada “Articulação Médio Superior” (AMS), ofertadas em algumas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, exemplifica essa abordagem, mostrando taxas de conclusão significativamente superior em comparação com a modalidade regular, o que corrobora a tese de Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005). Esse sucesso demonstra como a gestão integrada pode ser um mecanismo eficaz de “justiça redistributiva” (Ribeiro, Bonamino e Carvalho, 2019). No que tange à adaptação às realidades locais, Araújo e Frigotto (2015), ao discutir as práticas pedagógicas e o ensino integrado, ressaltam que a implementação de estratégias didáticas e organizacionais deve considerar as condições concretas de realização da formação, o conhecimento e a maturidade profissional do professor, o perfil da turma e o tempo disponível. Eles enfatizam que as políticas e práticas não podem ser universalistas, mas devem buscar o elemento integrador que considere as realidades específicas e a totalidade social para serem eficazes na promoção da equidade.

Percurso Metodológico do Levantamento Bibliográfico

Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa e descritiva, pautada em um levantamento bibliográfico sistemático, com o objetivo de aprofundar a compreensão teórica sobre a equidade educacional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Isto foi obtido por

meio da análise e síntese crítica de publicações selecionadas de autores de referência da área. Este percurso metodológico permitiu a construção de um referencial teórico sólido, essencial para a compreensão das complexidades da equidade educacional na EPT.

ABORDAGEM

A pesquisa qualitativa é empregada para permitir uma exploração aprofundada dos conceitos, nuances e inter-relações presentes na literatura sobre equidade educacional. O caráter descritivo visa mapear e articular as diferentes perspectivas teóricas, identificando convergências, divergências e lacunas no debate, com o objetivo de projetar essas discussões para um contexto abrangente do EPT.

ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia consistiu na seleção de um corpus bibliográfico composto por artigos científicos, teses e livros de autores reconhecidos por suas contribuições para os temas da EPT, equidade educacional, evasão escolar, políticas públicas e gestão educacional no contexto brasileiro. A seleção foi orientada pela relevância e impacto das obras na conformação do debate sobre os objetivos propostos, buscando autores cujas teorias possam ser comparadas.

CORPUS ANALISADO

O corpus analítico inclui as obras dos seguintes autores, consideradas centrais para o desenvolvimento do referencial teórico e a discussão proposta: Oliveira et al. (2021), Arroyo (2010), Ambrosini e Escott (2019), Sacilotto (2016), Abrucio (2005), Ribeiro, Bonamino e Carvalho (2019), Costa (2010), Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005), Filho (2012), Hennig e Brittes (2025),

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos textos foi realizada em múltiplas etapas:

- a) **Leitura:** Para uma primeira compreensão geral do conteúdo e identificação dos temas centrais.
- b) **Identificação dos propósitos:** Levantamento do objeto principal de cada obra e sua contribuição específica para o debate sobre equidade na EPT.
- c) **Mapeamento conceitual:** Extração dos conceitos-chave (ex: evasão multifatorial, inclusão excludente, justiça redistributiva, reconhecimento, gestão territorializada) e suas definições.
- d) **Análise comparativa:** Confronto das ideias dos diferentes autores, buscando identificar pontos de convergência (onde as ideias se reforçam ou complementam) e divergência (onde há abordagens distintas ou contraditórias).
- e) **Síntese e articulação:** Elaboração de uma narrativa que interconecte as contribuições dos autores, construindo um panorama teórico, coeso e aprofundado, capaz de responder os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica empreendida revelou que a equidade educacional na EPT é um conjunto complexo, cuja concretização depende da superação de desafios multifacetados e da implementação de estratégias intencionais. Os resultados da discussão teórica confirmam a hipótese de que a promoção efetiva da equidade transcende o acesso formal, exigindo um compromisso com a justiça redistributiva e o reconhecimento das diversas realidades estudantis.

A partir das contribuições de Frigotto et al. (2005) sobre a relevância estratégica da EPT e da compreensão ampliada da equidade, conforme discutido por Hennig e Brittes (2025) em sua análise sobre a EPT como política pública estratégica para a democratização do conhecimento e a promoção da formação integral, observou-se que a evasão escolar se configura como um dos principais entraves à concretização dessa equidade, evidenciando as desigualdades estruturais persistentes. Em um sistema da magnitude do Centro Paula Souza, por exemplo, a alta taxa de evasão que por vezes se manifesta em determinados cursos ou turnos (como os noturnos, que atendem muitos estudantes trabalhadores), pode ser compreendida a partir das análises de Oliveira et al. (2021) e Filho (2012). Estes autores desmistificam a evasão como um fenômeno isolado, apresentando-a como resultado de fatores socioeconômicos, institucionais, pedagógicos e individuais, os quais, quando negligenciados, geram ou aprofundam iniquidades. Filho (2012),

em seu estudo sobre as FATECs do Centro Paula Souza, destaca que a evasão, que pode atingir cerca de 50% dos alunos, é largamente impulsionada por dificuldades acadêmicas resultantes de uma formação básica deficiente (apontadas por 52% dos alunos), e por pressões econômico-financeiras (identificadas por 36% dos estudantes), muitas vezes agravadas pela dupla jornada de estudo e trabalho. A perspectiva de Arroyo (2010), que entende a evasão como interrupção de trajetórias, sublinha o alto custo social e individual da falha em garantir a permanência, um desafio de proporções significativas para as centenas de ETECs e FATECs que compõem o Centro Paula Souza.

Essa problemática da evasão encontra raízes profundas na forma como o acesso à EPT é historicamente configurado. Ambrosini e Escott (2019) demonstram que a meritocracia, em um contexto de desigualdades sociais, frequentemente se traduz em “inclusão excludente”, onde a ampliação de vagas não se reverte em democratização efetiva se não houver suporte para a permanência e o sucesso. Em ETECs, por exemplo, onde os processos seletivos são competitivos, a simples abertura de vagas pode não garantir a equidade se os estudantes que ingressam não encontrarem as condições adequadas para permanecer e concluir seus cursos. Essa crítica é importante, pois ressalta que políticas focadas apenas no ingresso, sem considerar a totalidade da trajetória estudantil, podem perpetuar as iniquidades que a EPT deveria combater. Nesse cenário, a gestão educacional e as políticas públicas emergem como elementos centrais na construção da equidade. Sacilotto (2016) evidencia a necessidade de uma análise crítica da implementação das políticas macro, alertando sobre as lacunas potenciais entre o planejado e o executado, que frequentemente se traduzem em iniquidades no nível local.

A execução das políticas estaduais pode variar significativamente entre as diferentes instituições de ensino tecnológico, impactando diretamente a experiência dos estudantes. Os trabalhos de Araújo e Frigotto (2015) e Abrucio (2005) expandem a visão de gestão para além da administração, enfatizando sua capacidade de moldar o ambiente de ensino-aprendizagem, o suporte estudantil e a alocação de recursos. Araújo e Frigotto (2015) destacam que o currículo, como espaço de contradição e arena política, é um reflexo da luta entre classes e das ideologias que permeiam a educação, e que a organização do trabalho pedagógico deve estar intrinsecamente ligada ao compromisso docente com a formação integrada e a transformação social. Modelos de gestão que priorizam o acolhimento e o acompanhamento individualizado são, portanto, mecanismos significativos para mitigar os fatores de evasão e promover a equidade, conforme o

entendimento de Abrucio, sendo um fator determinante para o sucesso de uma instituição de ensino profissional e tecnológico.

Os arcabouços de justiça social, apresentados por Ribeiro, Bonamino e Carvalho (2019), oferecem lentes poderosas para compreender e intervir nas iniquidades. A discussão sobre justiça redistributiva (distribuição equitativa de recursos e condições) e justiça como reconhecimento (enfrentamento da exclusão de grupos específicos) revela que as falhas na equidade podem ser tanto estruturais (falta de recursos) quanto simbólicas (desconsideração das especificidades). Em muitas instituições de ensino, a alocação de recursos entre as unidades, ou a disponibilidade de laboratórios e bibliotecas, pode ser interpretada sob a ótica da justiça redistributiva. Além disso, a falta de reconhecimento das condições particulares de estudantes trabalhadores do turno noturno, que enfrentam jornadas exaustivas e responsabilidades familiares, como discutido na problemática de turnos, é um exemplo claro da necessidade de justiça como reconhecimento. As Políticas de Assistência Estudantil (PAE), explorada por Costa (2010), exemplificam uma ação concreta de justiça redistributiva, ao oferecerem suportes diversificados que buscam nivelar as condições de permanência para estudantes de baixa renda, mitigando os desafios socioeconômicos. A implementação de PAE eficazes e adaptadas nas instituições de EPT seria um instrumento poderoso para combater a evasão e mitigar a “inclusão excludente”.

Adicionalmente, as discussões estudadas apontaram, ainda, para a relevância de modelos pedagógico-gerenciais integradores e a necessidade de territorialização. Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005) defendem o ensino médio integrado como um modelo que oferece continuidade formativa e um acompanhamento que minimiza a vulnerabilidade estudantil, construindo uma prática de gestão eficaz e equitativa. A tese de Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005) aponta que um modelo de gestão integrada pode promover a equidade a partir da melhor redistribuição de oportunidades e reconhecimento das necessidades de uma formação completa. No que tange à adaptação às realidades locais, Araújo e Frigotto (2015) oferecem uma análise crítica que sublinha a ineficácia de abordagens universalistas na educação profissional. Eles argumentam que as políticas e práticas não podem ser resumidas a um único método ou forma de organização, pois não há uma única forma de promover a integração que seja válida para todas as situações de ensino integrado. Pelo contrário, a escolha por um arranjo pedagógico depende de inúmeras variáveis, como as condições concretas de realização da formação, o conhecimento e a maturidade profissional do professor, o perfil da turma e o tempo disponível.

Portanto, é imperativo que se considerem as especificidades de cada contexto regional para que as ações sejam eficazes na promoção da equidade. Araújo e Frigotto (2015), ao enfatizarem que a promoção de práticas pedagógicas integradoras requer a constituição de um ambiente material que a favoreça e a busca permanente pelo elemento integrador, considerando as realidades específicas, dialogam com Abrucio (2005) ao sugerir que a qualidade da gestão escolar inclui a capacidade de adaptação às realidades locais. Sua contribuição é relevante para a aplicação da “justiça redistributiva” e “justiça como reconhecimento” de Ribeiro, Bonamino e Carvalho (2019), ao sublinhar que recursos e reconhecimento devem ser territorializados para mitigar disparidades em redes de EPT muito extensas. Em síntese, este levantamento bibliográfico e análises realizadas, demonstraram que a equidade na EPT não é um conceito estático, mas um objetivo dinâmico que exige uma ação contínua e intencional. A evasão é um sintoma, o acesso meritocrático uma barreira, e a gestão a ferramenta. Para que a EPT seja um verdadeiro motor de inclusão e desenvolvimento, as políticas e práticas precisam ser desenhadas como um olhar atento às dimensões da justiça social, adaptando-se às diversas realidades e garantindo que o direito à educação de qualidade seja uma experiência concreta para todos.

CONCLUSÃO

Este artigo propôs um mergulho na literatura sobre equidade educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), reestruturando estudos anteriores para focar exclusivamente na construção de um arcabouço teórico robusto. Por meio de um levantamento bibliográfico crítico e comparativo, atingiu-se o objetivo geral de analisar e sintetizar o panorama conceitual da equidade, identificando os principais desafios e os caminhos teóricos para sua promoção, com exemplos e comparações extraídos ou aplicáveis ao cotidiano das instituições de ensino profissional e tecnológico.

Os objetivos específicos foram alcançados ao examinar-se as noções de acesso e permanência, desvelando as iniquidades presentes nos modelos tradicionais e destacando a crítica à meritocracia proposta por Ambrosini e Escott (2019), cujas observações ressoam com os desafios de acesso e retenção observados na EPT. Discutiu-se o papel fundamental das práticas de gestão e das políticas públicas, desde a formulação macro (Sacilotto, 2016) até a gestão escolar no cotidiano (Abrucio, 2005; Araújo e Frigotto, 2015), como agentes importantes na construção de um ambiente educacional equitativo, com implicações diretas para a administração das escolas

técnicas e faculdades de tecnologia. Araújo e Frigotto (2015) ressaltam que as práticas pedagógicas integradoras, orientadas por um projeto político-pedagógico de transformação da realidade, são essenciais para promover a autonomia discente e o reconhecimento da realidade social, elementos chave para uma gestão escolar verdadeiramente equitativa.

Além disso, aprofundou-se a compreensão da equidade a partir dos arcabouços da justiça redistributiva e de reconhecimento (Ribeiro, Bonamino e Carvalho, 2019), demonstrando como esses conceitos podem guiar a formulação de soluções, como as Políticas de Assistência Estudantil (Costa, 2010), essenciais para apoiar os estudantes de grandes sistemas de EPT em suas diversas realidades. Por fim, investigou-se a contribuição de modelos pedagógico-gerenciais integrados (Ciavatta, Ramos e Frigotto, 2005) e a imperatividade da territorialização das políticas, uma vez que, conforme Araújo e Frigotto (2015), não há uma única forma de promover a integração que seja válida para todas as situações de ensino. A eficácia das práticas pedagógicas integradoras depende da consideração das condições concretas de sua realização e das realidades específicas, sendo determinante para a efetivação da equidade em sistemas de ensino de EPT, que são vastos e heterogêneos.

Acredita-se que a percepção inicial que motivou o estudo deste tema, relacionada com a observação de que a promoção efetiva da equidade educacional em grandes sistemas de EPT depende intrinsecamente da adoção de práticas de gestão e políticas públicas que transcendam a mera oferta de acesso, engajando-se ativamente na justiça redistributiva e no reconhecimento das diversas realidades estudantis, foi amplamente corroborada pela literatura analisada. Os autores convergem ao demonstrar que a evasão escolar, as disparidades de desempenho e as “inclusões excludentes” são sintomas de falhas na gestão e na concepção de políticas públicas que não consideram as múltiplas dimensões da iniquidade.

A EPT, com seu papel estratégico na formação profissional e inclusão social (Frigotto et al., 2005), carrega a responsabilidade de ser um motor de equidade, indo além da igualdade formal de acesso e pautando-se na inclusão, na equidade e na valorização da diversidade. Isto é reafirmado por Hennig e Brittes (2025) ao defenderem a EPT como instrumento de emancipação social. Portanto, isso exige que os gestores e formuladores de política adotem uma visão proativa, implementando estratégias que contemplem não apenas a distribuição equitativa de recursos (justiça redistributiva), mas também o reconhecimento e a adaptação às especificidades culturais, socioeconômicas e individuais dos estudantes (justiça como reconhecimento). A necessidade de uma gestão flexível e territorializada é fundamental para que as políticas macro se traduzam em

ações eficazes no nível local, garantindo que o direito à educação de qualidade seja uma realidade para todos os alunos de sistemas de Educação Profissional e Tecnológica.

Como desdobramentos futuros, o levantamento bibliográfico e comparações realizadas por este artigo sugerem a importância de pesquisas empíricas que apliquem essa rica moldura teórica na investigação de práticas de gestão e políticas de assistência estudantil em contextos específicos como, por exemplo, do Centro Paula Souza. Tais estudos poderiam analisar casos de sucesso e de desafios persistentes (como as disparidades de turno e regionais), fornecendo subsídios concretos para a formulação de diretrizes que transformem a EPT em um ambiente verdadeiramente equitativo e promotor de justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Gestão escolar e equidade da educação: um estudo sobre dez escolas paulistas. **Revista Estudos & Pesquisas Educacionais**, volume 1, pags. 241-274, 2005.

AMBROSINI, C.; ESCOTT, C. O acesso à educação profissional e tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, São Carlos, v.13, n.13, p. 753-769, set/dez. 2019. ISSN – 2447-1801.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos de significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out-dez, 2010.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação de mestrado em Educação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FILHO, E. D. **A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

HENNIG, V. F. de A., & BRITTES, L. R.. A educação profissional e tecnológica no Brasil: Fundamentos, contradições e desafios para uma formação integral. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, 14(7), e2469. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n7-20-2025>

OLIVEIRA, L. R. C.; COSTA, S. R. R.. Fatores que contribuem para a evasão escolar em cursos de nível superior. **Revista Espacios**. v. 42 (11) 2021, Art. 01. ISSN: 0798-1015.

RIBEIRO, C. V. S; BONAMINO, A.; CARVALHO, R. S.. Equidade e desigualdade escolar em um recorte da produção acadêmica da sociologia da educação sobre políticas educacionais no Brasil (2006-2017). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e196602, 2019.

SACILOTTO, J. V. A educação profissional na agenda de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e a expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.